

## **Fidelidade a compromissos: dois momentos na trajetória de vida do criador de *C&p***

Em seqüência às comemorações pelos nossos vinte anos de existência, reproduzimos textos que marcam dois momentos na vida de Roberto Amaral, criador do CEBELA e de sua revista *Comunicação&política*, no que teve a colaboração dos mais expressivos representantes da intelectualidade brasileira e latino-americana. O primeiro texto foi publicado à guisa de editorial no primeiro número da revista e tem parceria com Antonio Houaiss, eterno presidente do CEBELA. O segundo texto, discurso recentemente proferido na Assembléia Geral da Unesco, testemunha fidelidade a princípios e a prioridades.

### **1º momento: 1983**

#### *Compromisso\**

*Ao iniciar suas atividades, o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – recém-fundado – busca logo algo de concreto: o primeiro número de sua revista, cujo título é de si mesmo uma delimitação – comunicação, política – e uma fusão – Comunicação&política – título que diz, mas não diz tudo. Im-*

---

\* Texto reproduzido do primeiro número de *C&p* em março de 1983.

*porta explicitar, tão concisa e claramente quanto possível, o que se espera da revista: espera-se que seus colaboradores e seus leitores se esforcem por depreender, dos estudos aqui publicados, uma visão latino-americana capaz de participar de modo válido no soerguimento do nosso sofrido subcontinente.*

*De fato, a singularidade histórico-cultural da América Latina já se afirma de maneira relevante com sua criação artística, plástica e verbal: nesta, basta considerar seus poetas e ficcionistas, alguns dos quais têm um só grande defeito ainda: não são do conhecimento comum latino-americano. Mas as indagações ensaísticas sobre nossas realidades segmentares ou abrangentes – embora cada vez mais autônomas em busca do que nos é genuíno –, essas indagações esbarram muitas vezes com um tipo de condicionamento acadêmico – às vezes automático, às vezes compulsório, às vezes inconsciente – que tende a aceitar e validar tais indagações se elas não mostrarem discrepância em relação a um saber maior e a uma realidade maior: esse sofisma de julgamento, involuntário talvez, equivale a dizer que a América Latina é pequena parte e seu saber é pequena parte, logo somos parte de um todo maior – mas esse todo maior é europeicêntrico, ianquicêntrico, ocidentalicêntrico –, de modo que, na América, integrado é o que ‘representa’ esse todo maior.*

*Sabemos que no âmbito do saber e do fazer integrado há – herança do colonialismo mantida pelo imperialismo – uma luta pelo centro diretor e mentor, o que supõe periferias. É patente que as periferias, em crescendo há dois séculos, se vêm rebelando. Mas é claro que estamos, ainda, muito longe de havermos logrado constituir qualquer tipo de frente que, de periféricos, nos faça centro de nosso próprio destino.*

*Por tais motivos, na defesa de uma visão latino-americana do que vai no subcontinente e do que vai pelo mundo, a revista quer colocar-se solidária com quaisquer processos político-sociais, democráticos e libertadores – como o da Nicarágua, como o da Namíbia*

*-, numa desassomburada posição anticolonialista e descolonizadora: e sabe que o colonialismo, sob mil formas ostensivas e dez mil formas latentes e cem mil formas mistificadoras, continua a contaminar a atmosfera da produção material e espiritual e das relações mundiais: eis aí uma razão bastante por que, para denunciar o colonialismo moderno e lutar contra ele, é mister estudá-lo fundo nos seus milhares de despistamentos, dos quais os mais conspícuos e caridosos e altruísticos são as famosas ajudas e créditos e missões de boa vontade distribuídos pelo império para melhor auferir vantagens e melhor alienar os seus controles e condicionantes.*

*Por que a revista quer ser tal que nela se espelhem de preferência as coisas e problemas latino-americanos, isso não significa o desejo de isolacionismo: buscamos ser (para exemplificar com uns pouquíssimos casos-tipos do instante) antiimperialistas (não à intervenção na Polônia), em favor da autodeterminação dos povos em seus territórios (não à anexação de Golan), em favor de uma via democrática para o desenvolvimento político-social autônomo de cada unidade nacional (contra, por conseguinte, à guerra fria, o belicismo internacional ou crioulo, o armamentismo atômico ou convencional, as guerras nacionalisteiras ou espoliativas), em favor, assim, do mínimo de decoro estatal (contra Papas Docs e herdeiros, feição mais primária do que ocorre no subcontinente).*

*Oxalá a visão latino-americana possa ser a visão com as características acima apontadas, mais uma visão específica envolvente de cada região da América Latina, de cada uma de suas nações, de cada um dos seus países, de cada um dos seus povos; porque temos que desenvolver uma prática teórica que consiga iluminar melhor cada segmento, e colateral e concomitantemente, beneficiar os segmentos vizinhos: os despedaçamentos e guerras e antinomias e conflitos que existiram ou existem entre os países latino-americanos foram e são obra interesseira do colonialismo e imperialismo. É preciso – cremos – criar as condições teóricas que nos*

*cimentem numa frente anticolonialista e antiimperialista, que nos permita um desenvolvimento social na máxima plenitude de liberdade com igualdades e de igualdade com liberdades, para que as imensas massa sub-humanas da América Latina possam alçar-se, por seu próprio trabalho, a condições humanas menos indignas. O 'tempo' dos dirigentes de visão dependente acena também com a dignificação das condições do homem latino-americano: mas, medido como vem sendo, esse tempo frutificará – se frutificar – pelo século XXI ou XXII ou XXIII: quantos milhões de seres, dessas gerações votadas ao sacrifício, serão dilapidados, nossos irmãos, nossos filhos, nossos netos?*

*Não é sem razão, assim, que esta revista, porta-voz do Centro, assume a sua função: ela aspira a ser área de reflexão, sobretudo ao definir o papel do intelectual latino-americano, cujos pontos de referência são infinitos como infinitas podem ser sua expressão, mas caracterizável em face de um só lema: ou modificamos a realidade que nos é imposta, transformando-a, ou coonestamos essa realidade, estagnando-nos mais ainda – para a alegria de um punhado de dirigentes e intelectuais coniventes (em nome de uma falsa ordem que é pura opressão) com o desespero faminto e doente de milhões de crianças, mulheres e homens, latino-americanos.*

*Não se conclua, todavia, dessa profissão de fé – inarredável – que Comunicação&política seja uma revista sectária, fechada ou voltada para o pensamento unilateral: comprometida acima de tudo com a inteligência, propugnamos o debate sem a prioris, e a discussão sem limites, abertos a todos quantos queiram pensar a realidade latino-americana, sua tragédia e suas alternativas. Só estamos fechados aos dogmas, às certezas incontestáveis, à intolerância.*

*A revista é publicada no Brasil. Dará, por isso, por vezes, matéria que, aparentemente, privilegiará o Brasil – no qual luta por um processo de efetiva (re)democratização efetivamente impeli-*

*do pelas forças sociopolíticas emanadas do povo, a fim de que, transitando por uma Constituinte, esta não só consagre os direitos humanos individuais e sociais, mas também abra legitimidade para uma ação político-social que transforme a estrutura setorialmente moderna e globalmente espoliadora e espoliada que vige entre nós, com dano perdurante para as parcelas majoritárias da nação – na alimentação, na saúde, na educação, na habitação, em suma, no fundamental para que uma nação seja uma nação.*

*Números haverá em que esta revista privilegiará a reflexão sobre regiões ou países do nosso subcontinente.*

*No próximo número, tornaremos públicos a Ata constituinte e os estatutos do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.*

*E pedimos o apoio de todos os que, não discordando destes linheamentos de reflexão coletiva, possam assinar esta revista, aderir ao Centro ou promover a divulgação de ambos.*

*Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1983*

**Antonio Houaiss e R.A. Amaral Vieira**



2º momento: 2003

## *Rumo à Sociedade do Conhecimento\**

*Roberto Amaral*

*Senhoras e Senhores,*

*É uma honra ter sido convidado pelo Diretor-Geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, para participar da Mesa Redonda sobre a Sociedade do Conhecimento.*

*A UNESCO é uma Organização sumamente compatível com o pensamento do Governo do Presidente Lula. No Brasil, a Organização apóia aqueles que detêm menor poder relativo, brindando-lhes ações solidárias baseadas em visão ética e humanística das relações internacionais.*

*A iniciativa desta reunião não podia ser mais oportuna. Vivemos em um mundo dividido em esferas de poder e do saber. Essa divisão não se soluciona apenas com o progresso da ciência e da tecnologia. Sem mudanças estruturais, continuará aumentando de maneira muito rápida, criando mais desigualdades entre povos e países.*

*Muitos acreditam que a Sociedade do Conhecimento propiciará um sistema internacional mais justo, funcionando para o benefício público e de todos, democraticamente. Nós, que vivemos em países em desenvolvimento, comprovamos em nossa dura realidade cotidiana, o quanto essa sociedade pode ser perversa e excludente. A apropriação do conhecimento dentro de uma lógica de concentração de recursos e do capital condena à mais completa marginalidade aqueles que não têm acesso à educação, à ciência e à cultura – justamente os temas de que se ocupa esta Organização.*

---

\* Palestra do Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, Doutor Roberto Amaral, em Mesa Redonda no transcurso da Conferência-Geral da UNESCO, ocorrida em Paris, 9 e 10 de outubro de 2003.

*Em um mundo de 5 bilhões e 600 milhões de habitantes, apenas 150 milhões são usuários de PCs. Menos de 10% dos usuários de computadores pessoais no mundo têm correio eletrônico. Menos de 7% têm acesso direto à Rede. Menos de 5% dos lares dispõem de PCs. Menos de 1% da população mundial tem acesso à Internet.*

*Sublinho a eloqüência desses dados, que confirmam ser a Internet uma realidade para poucos, contrariando nossa percepção do fenômeno global de amplo espectro. A lacuna ou a brecha, no caso, se produz entre pobreza e riqueza, segundo as mesmas linhas que separam os poderosos dos carentes, ou os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento.*

*A "brecha digital" não é, portanto, apenas um problema de acesso à tecnologia ou de disponibilidade de infra-estrutura de telecomunicações.*

*Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, divulgada no primeiro semestre de 2003, traçou o "mapa da exclusão digital" no Brasil. Cerca de 87% da população não possuem PCs. Apenas 8,3% estão conectados à Internet. Nove em cada 10 brasileiros não têm acesso a um computador. Entre os negros, apenas 4% têm um computador em casa. Entre a população branca, a percentagem sobe para 15%. São poucos os avanços da tecnologia da informação nos setores de maior carência social e econômica. A capacitação brasileira é mais expressiva nos setores do Governo e dos bancos (imposto de renda pago via Internet, votação eletrônica e automatização dos serviços bancários).*

*A pesquisa revela, portanto, uma superposição de Apartheids racial, social e regional. E agora corremos o risco de viver o Apartheid digital a serviço do agravamento de todos os outros.*

*Senhoras e Senhores,*

*O fator de produção determinante na sociedade do terceiro milênio é o conhecimento. Controlar fontes e meios de informação é controlar o conhecimento, é exercer sobre as sociedades o monopólio*

*do poder, do poder científico que (é e ) será cada vez mais a matéria-prima do poder político.*

*Esse monopólio já se instala em outras áreas da atividade humana, inclusive sob a proteção jurídica de tratados e a administração de organismos multilaterais. Contra essa tendência, nosso recurso mais eficaz é a disseminação da informação e do conhecimento a partir de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento – P&D, na ciência da informação e da computação, na robótica e informática, em software e hardware, em tecnologia, com vistas à popularização do meio e seu acesso universal por nossos povos.*

*É muito importante que a UNESCO apóie o uso do software livre, que pode significar autonomia e redução de custos para países em desenvolvimento, uma alternativa às tecnologias proprietárias que dominam o mercado e buscam impor-se como elementos indissociáveis da expansão da revolução digital.*

*O Brasil trabalha na criação de seu próprio padrão de televisão digital, direcionado a servir interesses nacionais e, inserido nestes, às necessidades do nosso povo. Vinculados a esse padrão serão comercializados bens e serviços, inclusive serviços da indústria da educação, cultura e entretenimento, que exercerão, se já não o fazem, forte impacto sobre a formação social e cultural de cada país, com tendência à homogeneização de valores e costumes.*

*Grupos nacionais de pesquisa estudam alternativas para a produção de computadores individuais de baixo custo, visando à universalização de sua utilização.*

*Senhoras e Senhores,*

*Sociedade do Conhecimento não é venda de bens e serviços. Acredito, pois, que a UNESCO está particularmente capacitada para promover uma ampla gama de iniciativas conjuntas de apoio aos países em desenvolvimento neste campo. Com o objetivo de estimular um programa de trabalho para a Organização, apresento algumas propostas de interesse brasileiro:*

- *Tratamento não-proprietário de software, transmissões e outras tecnologias digitais indispensáveis para a diversidade lingüístico-cultural de países com menor representação relativa na Internet e no tratamento eletrônico de bases de dados;*
- *Criação de uma rede internacional do conhecimento científico e tecnológico de natureza pública e acesso gratuito, vinculada, inclusive, a bases de dados sobre patentes e invenções;*
- *Criação de um fundo para a promoção da educação, ciência e cultura no ciberespaço, em apoio às redes de escolas públicas, universidades e institutos de pesquisa dos países em desenvolvimento. Esse sistema teria por objetivo a valorização da ciência nas escolas e sua popularização;*
- *Estudo para o desenvolvimento da TV Digital em torno de poucos padrões tecnológicos e os impactos que teria nos fluxos internacionais de bens e serviços da educação, da ciência e cultura;*
- *Proteção dos direitos e liberdades individuais contra medidas - propostas em outros fóruns - relacionadas com o combate ao terrorismo e a promoção de uma cultura de cibersegurança.*
- *Finalmente, quisera fazer uma solicitação à UNESCO para que trabalhe na criação de um consenso internacional para a conversão de uma parte da dívida dos países em desenvolvimento em investimentos nacionais destinados a promover a inclusão digital.*

*Espero que essas sugestões e outras que apareçam durante a Mesa Redonda possam enriquecer nosso debate sobre a Sociedade do Conhecimento. Elas refletem a convicção do Governo brasileiro sobre a atualidade e importância do tema, bem como a necessidade de participação ativa da UNESCO, com vistas a uma integração mais positiva dos países em desenvolvimento na nova era das tecnologias digitais.*

*Muito obrigado.*

## **À guisa de introdução à mesa redonda: os anos do pós-milagre**

*A segunda mesa redonda deste ciclo com que registramos, estimulando reflexões sobre nossa realidade, o vigésimo aniversário de C&p, tem como convidado o economista Paulo Rabello de Castro, ex-editor de Conjuntura econômica – FGV. O foco de suas reflexões é a atividade econômica à época, ou melhor, a gestão da atividade econômica nos anos que viram o ocaso do projeto desenvolvimentista a partir de formas tradicionais de substituição de importações, financiado por exportações de baixo valor agregado, muitas vezes referido como o período do ‘milagre’ brasileiro.*

*À falta de rumos bem definidos – uma articulação social e politicamente construída pelo povo em sua totalidade – aqui geralmente se desprezam todas as dimensões da atividade econômica – mercado e preços, nível de emprego e de desemprego, o consumo e a poupança, o investimento e a produção, além dos variados fatores culturais – deitando-se toda a ênfase, no caso deste que é um projeto decididamente dependente e pouco amparado na consciência das massas, na questão do equilíbrio da balança de pagamentos. Sem controle de sua existência, a vida do país se resume em exportar para pagar dívidas e pagar dívidas para exportar. Aqui, irrevogavelmente, perder-se-á a batalha, no máximo conseguindo-*

*se negociar uma trégua que hoje já se encaminha para a terceira década. O clima de condescendência com que os principais artifices e atores desta estrutura econômica costumam se ver a si mesmos só leva ao sobressalto quando comparamos nossos 500 anos de vida em comum e 181 de independência, contra a média de 40 ou 50 anos de vida independente dos Tigres Asiáticos.*

*Afora esse quadro, a eterna inserção dos recursos naturais da nação no fluxo econômico internacional com a apropriação dessa riqueza por segmento cada vez mais concentrado.*

*Como depoimentos, o texto registra o encontro de dois profissionais de áreas e estratos sociais diferentes. O que há de comum entre eles, ver-se-á, é a defesa de uma idéia chamada Brasil.*

*Cumpra como brasileiros chegarmos a um acordo, a um pacto, sobre os termos de nossa reconstrução nacional. Hoje, após desencontros mutuamente provocados, parece que fica assente a compreensão da vida em sociedade como um 'jogo', algo trágico que se quer lúdico, o que necessariamente implica contendores, parte e contraparte, regras consensuais e respeito a essas regras. Parece não caber mais insistir num esquema em que uma minoria se intitula a dona da bola, do campo, dos uniformes, das regras e, não satisfeita, da renda do jogo.*

ABS

## Nossa economia nos anos do pós-milagre<sup>\*</sup>

**Ailton Benedito de Sousa** – Professor Paulo Rabello de Castro, quero deixar registrado o nosso agradecimento pela sua presença aqui, em meio a tantos afazeres. Desculpamo-nos pelo não comparecimento dos demais convidados. A realidade é essa mesmo, todos nós vivemos com a agenda apertada e o ideal fica sempre para uma outra época.

Então, para contextualizar, quero dizer como nasceu esse projeto de recuperação do testemunho, da fala de alguns atores dos Movimentos Sociais, nos anos 70/80, pessoas que tiveram participação na construção dos eventos que marcaram aqueles anos e que hoje, passadas duas décadas, poderão filtrar de sua atuação e interação lições úteis às novas gerações. Parte-se da hipótese de que no processo de depoimento haja algo como uma purgação, o filtramento de experiências que possam abrir perspectivas para compreensão do mundo hoje. Ontem, por exemplo,

a discussão sobre informática foi altamente positiva porque no seu transcorrer apareceram coisas até aqui inéditas, como o projeto do computador brasileiro, o G10, da Marinha, que nos anos 70 comprara as fragatas, mas na mesma hora em as que comprou, viu que aquilo era uma caixa preta. Sem informática, sem a chave para a sua respectiva tecnologia, essas fragatas de nada valiam. Então, como uma coisa leva à outra, partiu-se para um computador, o computador brasileiro. Dessa experiência do G10 nasceu a COBRA. Então é esse o projeto, restaurar aquilo que esse ou aquele mito obscurece ou obscureceu.

Então esse é o objetivo. Nós começamos sempre a partir da produção pelo convidado, de um pequeno currículo, um resumo do que fez. Com perguntas, adendos, interrupções, nós avançamos o trabalho.

Então o tema da mesa de hoje é essa coisa que ora parece contínua,

---

<sup>\*</sup> Texto transcrito a partir das reflexões expostas pelo economista Paulo Rabello, à época dos eventos referidos redator-chefe de *Conjuntura econômica*, em mesa redonda, realizada na Casa de Antonio Houaiss, em 18 de junho de 2003, evento comemorativo aos 20 anos de *C&p*. A transcrição é de Fátima Gonçalves Scaranno e a editoração é da Redação.

ora parece descontínua – a atividade econômica enquanto projeção, essa luta pela interpretação da realidade econômica, pela atribuição de sentido a atuação dos agentes sociais. Bem diferente dessa projeção, parece que há uma outra realidade que a cada dia mais nos surpreende... por exemplo, vou fazer uma provocação só para estimular o debate. Leio agora que na França em 69 já se começava, em função da Revolta Estudantil, a se dizer que se vivia o ocaso de uma era, que a partir de maio de 68, ano da Revolta Estudantil, tinha nascido um novo mundo. Então se dizia que o mundo da classe operária e da burguesia, estruturado a partir das indústrias siderúrgica e química, o mundo do século 19, com os grandes Estados nacionais em guerra pela posse de mercados coloniais, esse mundo tinha acabado. Só é interessante notar que em 68, 69 e 70 nós demos início aqui a um projeto de implantação de uma estrutura de capitalismo a partir de acumulação proporcionada pelo Estado. Mas na Europa já se dizia que esse Estado economicamente hegemônico estava se acabando. Então há esse problema do descompasso. Isso é só para provocar e para que vejamos como é importante o levantamento do perfil da economia de uma época.

**Paulo Rabello** – Convidado pelo professor Ailton para participar dessa mesa aqui no Cebela, declaro que o faço com muito prazer. Gostaria

de dizer que um Centro de Estudos Latino-Americanos tem tudo a ver com a minha convicção pessoal de que temos diante de nós dois fenômenos que marcarão as próximas décadas. Esses dois fenômenos são: a chamada supercidadania e a desmonopolização do poder nacional. Esses dois fenômenos reunidos constituem elementos extremamente importantes para o grande tema. Essa reunião de hoje aqui é um marco que se referencia ao grande tema dos últimos 30 anos na economia, e ao dos próximos 30, ou seja, o fim de um projeto nacional e a busca de um próximo.

A busca desse próximo projeto nacional está dependente ou fortemente influenciada por esses dois fenômenos a que me referi: a supercidadania e a desmonopolização do poder nacional.

O que isso tem a ver com o Cebela? Para não deixar desfiado o pensamento, esclareço que a supercidadania se exercerá e já se exerce não só pelas comunicações... O jovem que entra na Internet e trafega o mundo inteiro, literalmente através de culturas distintas e em línguas distintas, ilustra o início do exercício de uma supercidadania. Hoje isso não é estimulado por causa de uma barreira, a barreira da renda. Quando o jovem não tem acesso ao computador ou ao ensino que o leva à utilização da ferramenta, não se pode falar em cidadania. Mas quando ele vai, ele viaja, ele se entrega ao mundo.

**ABS** – Complementando, hoje em dia o indivíduo interage com o sistema de informação mais do que com a autoridade constituída. Nós vamos a um banco e interagimos com o sistema de informação, e essa interação é totalmente despersonalizada.

**PR** – Por coincidência, a última coisa que eu fui fazer à tarde antes de chegar aqui, foi a ida a um banco para buscar a minha senha, seis dígitos e duas letras sem as quais a máquina não interage comigo. Você tem absoluta razão a respeito disso.

**ABS** – Isso levanta o problema da construção da pertinência. Às vezes penso, em função mesmo desta despersonalização do outro, que pertenço mais a uma entidade que me identificou eletrônica ou digitalmente do que a outras.

**PR** – Até por uma questão prática. Essa instituição provavelmente te providencia alguma coisa, enquanto que o Brasil, por exemplo, pode hoje providenciar só a bandeira, que tremula. Na construção da identidade cumpre dar mais alguma coisa. Os símbolos não são hoje suficientes...

**ABS** – Para quem não é empresário, é crucial a questão do imposto de renda; é o único momento em que você é reconhecido...

**PR** – Mas então, voltando à idéia da supercidadania, eu diria que ela tenderá a ocorrer não só por causa dessas transfigurações extracorpóreas, essas viagens que o cidadão vai poder fazer para além da sua fron-

teira. Justificando a existência de instituições como o Cebela, a primeira transposição física que nós devemos fazer implica a ultrapassagem das fronteiras nacionais. E daí a necessidade, que já está sendo de alguma forma exercitada pelo Mercosul, de aproximação com o Pacto Andino, e assim por diante, com todos os nossos vizinhos. Levando em conta, inclusive, que a transposição física vai ficando mais difícil do que a transposição eletrônica. Portanto, muito tem que ser feito. A supercidadania diz respeito ao fato de que nós não podemos hoje ter um sistema na economia que não seja estimulante, que não seja apreciável, que não seja desejável pelos nossos vizinhos. E a supercidadania também exige que na migração, que é próprio da supercidadania, o exercício do direito de ir e vir não seja restrito às fronteiras nacionais, que é adotado na Comunidade Européia. Exige uma coordenação jurídica de políticas econômicas, políticas sociais, políticas previdenciárias, educacionais e de saúde. Que nivelem e que sejam mutuamente sedutoras, sistemas mais amigáveis.

**ABS** – Previdenciária, principalmente. Porque a crise na previdência induz um problema na essência do que é humano. É a questão da finalidade da vida, finalidade da vida enquanto trajetória no trabalho. Se não existe certeza, segurança nenhuma com relação ao amanhã, toda a

existência torna-se uma aventura altamente contingente e perigosa. Viver é escolher entre futuros alternativos. Porque, se esse futuro é a miséria, a partir de qualquer momento, o indivíduo rompe com os padrões.

**PR** – Exatamente. Não poderia ter mais concordância quanto a isso. Agora, esse segundo elemento – a desmonopolização do poder – é também muito interessante no plano econômico, porque todos nós pensamos o poder nacional como algo monolítico, algo férreo, algo que tem que ser construído a partir de uma estrutura única, já que estamos acostumados a falar como engenheiros. E hoje nós temos que pensar em modulações, arquitetonicamente, em espaços vazios ou não ocupados. Tão importante como o preenchimento do espaço, é o não espaço, o espaço deixado ao vácuo, e essa é um pouco a imagem arquitetônica da desmonopolização.

Espaços para a respiração e, portanto, um novo condicionamento. Partindo dessa desmonopolização, podemos melhor entender o seu antônimo, que é o monopólio do poder por quem o detém, e que é a caracterização máxima – eu diria – do projeto antigo, do projeto nacional que já se esgotou.

Esse projeto anterior, já que foi feita uma provocação inicial, referia-se a 68, 69 e 70, quando se buscavam fórmulas de construir um gran-

de Estado nacional. Eu diria, Ailton, que aprendi a ver (talvez seja só um preconceito) mas aprendi a ver o movimento social atual como uma manifestação final e quase esgarçada do movimento anterior.

Esse movimento aparentemente começa no início do século 20, e está vinculado à Revolução dos Tenentes de 22. Não sou um estudioso, um especialista nessa matéria, mas consigo perceber claramente a teia de ligações que conduz à ditadura varguista ou, antes mesmo da ditadura, toda a presença de Getúlio Vargas dentro de um longo período; o fio condutor daqueles tenentes passando por Getúlio e indo parar finalmente nos generais em 64 e suas aberrações no período final.

Foram, ao mesmo tempo, o último grito de auto-afirmação econômica e futebolística, e também a preparação para o fim, época sobre a qual – eu aí – já repórter econômico – posso a ela me referir depois. O importante é que devemos considerar que esse período se estende por, aproximadamente, setenta anos. Vai de 22, e olhando pelo lado da economia, se completa em 1991, um período de 70 anos. Mas, na realidade, o corte, o período mais típico, seria de sessenta anos, acabando, então, em 1984. Se o ciclo for político, eu prefiro fazer o corte em 84, porque aí sai com Figueiredo já na distensão, após a Passeata pelas Diretas, é o corte político.

É um corte interessante também em termos econômicos porque em 82, ocorre a grande crise econômica que marca o fim do 'milagre' produzido pelo modelo anterior. Nessa seqüência tem-se a crise do petróleo, que se inicia em 79. Mas o ano de 1982 marca a crise da chamada dívida latino-americana, com a quebra do México, no chamado Setembro Negro.

E ali, posso, inclusive, narrar como testemunho histórico, um episódio particular. Eu participava de um programa na TV, *Crítica e Autocrítica*, naquela época muito importante, que era um debate na Bandeirantes conduzido pelo jornalista Roberto Muller, editor da *Gazeta Mercantil*. Era um período que precedia as eleições de 82. O então todo poderoso ministro Antonio Delfim Neto, que hoje é um cordial amigo nosso, era um superministro, mas um superministro gentil, pode-se dizer assim, porque sempre o considerei simpático já que ele era capaz de descer das nuvens e dos seus altos poderes para discutir com um economista imberbe, jovem demais, que o atacava impiedosamente num programa de domingo à noite. E ele, talvez, com uma inclinação muito mais democrática do que a dos tais democratas de hoje, era capaz de aceitar essa saraivada de observações críticas que eu fazia, durante o programa e no intervalo. Havia cerca de três ou quatro intervalos, quando ele aproveitava para pedir para

"manejar" o debate, alegando que ele não podia revelar tudo o que precisava ser dito, o que é de uma humildade absoluta.

Naquela época eu achava que estava ganhando o debate. Hoje, eu sei que não estava ganhando nada, a não ser experiência. Mas, principalmente, colhendo a experiência dos homens que têm a capacidade de, mesmo no poder, debater. Coisa que hoje raramente ocorre. Não imagino hoje o ministro da Economia indo a TV discutir com qualquer economista de trinta anos, num programa de televisão e deixar-se ser atacado. Porque talvez não tenham o mesmo estômago, a mesma capacidade de agüentar uma crítica. E em que isso diz respeito à crise do modelo? É que Delfim Neto, então a figura de proa daquele modelo econômico, que conseguira administrar tão bem as situações de crise nos anos 60 para 70, já não conseguia o mesmo brilho na retomada do poder, quando veio substituir Mario Henrique Simonsen no Planejamento. Na sua reaparição política nos anos 80, Delfim ocupava os espaços, mas não conseguia operar a retomada econômica. E o que ele estava prestes a fazer naquele debate na TV, e acabou tendo que fazer um pouco mais à frente, em fevereiro de 83, foi a maxidesvalorização cambial, que determinou, por assim dizer, o fim da estrutura do modelo anterior, do antigo projeto nacional.

A partir daí, o que se seguiu à maxidesvalorização foi uma retomada temporária da economia produtiva entre 83 e 84. Já em 85, com o desmantelamento do modelo político, morre Tancredo e assume Sarney, que fica dois minutos e meio com Francisco Dornelles como ministro da Fazenda. Logo depois vem o Funaro, vem o Plano Cruzado, e toda uma série de experiências heterodoxas.

Eu era, então, um desses poucos economistas que já fazia observações críticas, pontuais na partida dessas heterodoxias, para denunciar incapacidade absoluta de essa nova prática providenciar uma saída para o país. Mas é bom que se registre que havia uma absoluta adesão da opinião pública, que se propunha a acreditar em Funaro e seu time, para ver se dava certo. Deixo a você, Ailton, reciclar o que eu disse e produzir alguns elementos novos.

**ABS** – Bem, eu tenho acompanhando a sua fala, à espera de alguns momentos em que, como leigo, possa introduzir essa ou aquela observação. Por exemplo, é nesse momento que aparece a questão da dívida externa, que na época era considerada em 100 bilhões de dólares, não? Esse aparecimento da dívida foi como um passe de mágica, vamos dizer assim, aquilo que surge inesperadamente, não era um conceito para análise, não era uma palavra de ordem para a mobilização política. Di-

zia-se que era uma dívida de prestígio. A assunção dela leva à desmobilização do sistema militar e empresarial de apoio àquele projeto de nação. O pior é que daí pra cá não surgiu nada.

Do ponto de vista da esquerda, do ponto de vista da contestação política, pensava-se que o prioritário era a redemocratização. Essa redemocratização parece que se sobreponha a um projeto de estruturação nacional da economia. Então se pensou muito, se deu muita ênfase ao lado político, a velha constante no comportamento político brasileiro: acreditar muito nas palavras de mobilização. Os erros da esquerda e da sociedade civil são uma coisa patente. Agora, dentro do esquema de poder o que houve aí, para explicar a apatia, a perplexidade, a perda do poder, a conformação com a perda do poder...

**PR** – Perda do poder pelos militares?

**ABS** – Sim, pelos militares. Houve o caso do atentado do Riocentro, num contexto em que o destaque era o problema da dívida. Qual a função desses elementos no sentido da desmobilização?

**PR** – Esse foco que você propõe é muito interessante. Ele me lembra muito, para focalizar o aspecto político e até folclórico do assunto, o nosso caudilho local, o então governador Leonel Brizola. Ele sempre insistiu muito, nos últimos anos, so-

bre as chamadas “perdas internacionais”. Antes que a gente diga que elas não existiram, existiram sim, mas a sua pergunta, Ailton, é saber se foram elas as determinantes de um processo de exaustão do modelo antigo.

**ABS** – O que se fala é que a questão da dívida com seus acertos unilaterais acentuou o déficit na balança de pagamentos e nós, que tínhamos reservas, um país que, até determinado momento, orgulhava-se de um considerável volume de reservas, de uma hora para outra estava à beira do...

**PR** – Então vou dizer o seguinte: já que foi feita uma pergunta sobre preeminência da dívida externa e sua vinculação sobre a trajetória da política naquele momento, como determinante, por assim dizer, da exaustão do modelo autoritário, com a passagem, a partir de 84, para um modelo de distensão, que desembocou na Constituição de 88 – a Constituição Cidadã – e a hiperdemocracia.

**ABS** – Condicionada a uma dívida interna e externa impagáveis.

**PR** – Eu vou continuar o que antes dizia, descrevendo o Brasil, procurando explicar porque primeiro se fez essa distensão política antes de se fazer a preparação econômica para essa distensão. Muito mal comparado, fez-se no Brasil o contrário do que talvez, esteja acontecendo na China. Porque lá distensionou-se politicamente, mas sem abandonar o regime autoritário, para poder galgar

espaços e fazer a China consolidar posições econômicas e, então, quem sabe no futuro, vir a fazer uma abertura política maior.

O caminho brasileiro, certamente, não terá sido o caminho chinês. Eu costumava indicar que este era um pedágio, embora muito pesado, que o brasileiro resolveu pagar por sua democracia ao estender a crise econômica dos anos 80 para os anos 90, como consequência do agravamento das imensas contradições, demandas e conflitos que foram acomodados na Constituição de 88, cujo texto muita gente ainda atribui hoje à série de desequilíbrios que nos acometem. É consequência, também, o fato de a gente estar demorando tanto tempo para retomar um caminho do crescimento. Mas, vou dizer para você, Ailton, que isso era o que eu pensava antes. Hoje posso dizer que sou até menos crítico dessa opção pela extensão no tempo da crise dos anos 70. Só para completar esse raciocínio, eu diria que a dívida é produto da crise do próprio autoritarismo. Depois gostaria de defender isso com duas ou três palavras. Portanto, não é correto atribuir à distensão política, a extensão, o prolongamento das dificuldades econômicas. Em outras palavras, as raízes do que veio com o endividamento já estavam bem fincadas no passado. Nas decisões do próprio modelo autoritário. Acho que a decisão de distender politicamente foi mais funcionalista, acho que a socie-

dade brasileira não foi para o lado do modelo chinês ou algo assim, porque de alguma forma se percebia que ninguém no Brasil teria, vamos dizer, um bloco de capacidades suficientes para costurar esse Brasil inteiro, junto com todas as suas contradições. Portanto, o único Brasil que me parece plausível hoje, é este, de uma certa bagunça democrática. O que chamo de 'hiperdemocracia'. Não existe um outro Brasil.

**ABS** – A minha provocação é a seguinte: aquela questão que é o meu ponto de interrogação, é em função das provocações, da ala neoliberal, que fala nas duas décadas perdidas e fala nessas décadas contabilizando, obviamente no lado negativo, o processo de redemocratização. Então as duas décadas foram perdidas porque se pensou, principalmente a Constituição de 88, no tal 'menu sem o preço dos pratos', por exemplo quando se reconhece, no caso da Previdência, os direitos, sem contribuição da área rural. E o que se disse e se diz aí, que nas duas décadas perdidas criaram-se despesas, para as quais não havia receita.

**PR** – Não só pensaram na receita, como fizeram a receita fiscal crescer demais...

**ABS** – Agora, mais uma provocação: a estrutura econômica, o empresariado, tinha-se especializado na função de 'mamar nas tetas' de um projeto estatal. Nós temos um capitalismo em que o empresário se

abstêm do trabalho e das responsabilidades inerentes à necessidade de aumentar seu capital. Ele espera que os riscos sejam assumidos por alguém. Os militares, que aceitaram esse jogo, saíram e não deixaram receita nenhuma. A sociedade civil, obviamente segmentada pelo setor empresarial ou a elite pensante, parou e esperou 90, para em 91, iniciar a ação de leiloar o país. Então a grande mágoa da minha geração é ver todo um trabalho político desembocar em 90, início do grande leilão do patrimônio do país. Nessa época, eu trabalhei na área de engenharia e vi a euforia desses empresários no período. As empresas de engenharia se tornaram 'virtuais', isto é de custeio nulo. Todas ganharam, ganharam mesmo, concessões milionárias. Era júbilo, os diretores viviam em júbilo, porque ganhavam concessões em todas as áreas. Na área rodoviária era a empresa tal, titular de quase todas as concessões, no Brasil. Não falemos em CSN, em Vale do Rio Doce. Eu disse, estão leiloando o país e todo mundo perplexo, calado, assumindo sua culpa. A mídia foi toda silenciada a partir de grossas fatias desse patrimônio. E todo mundo calado. Ok, Bonzão, você venceu. Uma geração assumindo sua culpa. Nós fizemos uma coisa errada, que foi desmobilizar o sistema de poder militar, sem propor um projeto de nação. As privatizações poderiam ter havido, mas contemplando tam-

bém os trabalhadores, contribuindo para democratizar a sociedade.

**PR** – Parece um pouco o discurso de expiação do Partidão. Por que, primeiro o discurso é um pouco onipotente, se você me permite uma observação amiga e cordial. Há um pouco de onipotência nessa afirmação do que nós fizemos tudo errado.

**ABS** – Nós, porque participamos dos Movimentos Sociais

**PR** – E daí? Nem sempre os Movimentos Sociais são relevantes. No sentido de que são, antes de tudo, movimentos humanos. Quando um movimento humano passar a ser um Movimento Social ele não ganha nada em grandeza, porque o que existe de mais importante é o que é humano. O movimento humano é sempre solitário, e poderá numa época qualquer ou numa outra dimensão, ganhar uma importância imprevisível. Agora, Movimento Social é outra coisa. Movimento Social é aquele que tem eficácia num período. E eu não vi nada de grandemente eficaz feito por quem quer que seja, muito menos pela turma de esquerda.

O que foi feito na realidade (voltando ao período de 82) foi um movimento de assimilação do processo democrático pelas próprias forças de esquerda. Como? Me reporto àquele período do programa *Crítica e Autocrítica*. O que o Delfim estava fazendo naquele momento ao atender a um convite do Programa? Hoje eu acho que ele estava tentando pres-

tar uma ajuda pelo seu depoimento. Era logo antes do período das eleições de 82, uma ajuda explicativa num Programa seria bem vinda, tentando ali, cabalar uns votos para a situação. Explicar um pouco a inexplicável crise econômica. Mas, afinal, a eleição de 82 foi uma lavada. A primeira grande lavada que a oposição deu foi em 82. Se não me engano, me corrija, Franco Montoro ganhou a eleição em São Paulo.

**ABS** – Fala-se que o PMDB venceu em 15 ou 16 Estados que respondiam por 70% do PIB na época. São Paulo, Minas...

**PR** – E depois em 86, já dentro do período novo, mais outra lavada, provocada aí pela fraude econômica do Plano Cruzado, mais que estendeu o período dessa culpa revelada por você. Evidentemente a esquerda não tinha nenhuma unidade, nem a mínima noção e, por isso, a perdoamos de imediato do que estava acontecendo. E do lado de cá, posso lhe dizer, o mesmo, por que o pensamento de algumas pessoas ditas liberais como eu, nunca foi absorvido pelos conservadores no poder, porque a crítica que nós fazíamos era tão forte quanto a crítica que a esquerda fazia. Eu até admito, sem a devida modéstia, que a nossa crítica era mais propositiva.

Os liberais verdadeiros percebiam o erro cometido, e havia um grande erro. O Brasil já tinha empobrecido com o impacto das duas crises externas, que haviam estressado o

modelo de acumulação anterior. Que duas grandes crises externas? A do petróleo, que desbalanceou o preço relativo de um produto importado, naquela época mais importante, e a crise de confiança nos países emergentes, que colheu o Brasil, tanto quanto outros emergentes a partir de 82, justamente o Setembro Negro do México. Houve uma seqüência infernal, uma seqüência que começa com uma alteração dos termos de troca, como dizem os economistas que vinham sendo muito positivos para o Brasil, dos anos 70 para os 80, onde de fato nós acumulamos reservas, cerca de 12 bilhões.

**ABS** – É a isso que se refere a chamada presdigitação contábil. A partir de...

**PR** – Quem for fazer uma entrevista com o ministro João Paulo dos Reis Veloso vai colher dele interessantes depoimentos sobre essa era, uma situação de marcha forçada. Atribuo ao próprio voluntarismo autoritário o erro, que estendeu, numa marcha forçada, a economia, para a linha de acumulação via Estado e empurrou os empresários, através de programas como os do BNDES, à correção monetária prefixada em 20% contra uma inflação que passava a ser de mais de 40%. Há uma acumulação que já era descolada do sistema de preços, e dos incentivos normais de mercado. Agudiza-se uma tendência que já era meio que crônica na sociedade

brasileira: o empresário não arriscar o dele.

Essa tendência de o empresário, não arriscar demais porque estava sempre sujeito a sustos provocados por intervencionismos estatais imprevistos. Aliado a isso, começou a haver um novo susto, que era a mudança do poder de compra através do câmbio com a primeira crise do petróleo em 73.

Não havia nada mais autoritário do que isso. E puseram um economista brilhante, de tendência liberal, brilhante mesmo, o Mario Henrique Simonsen, para tentar fazer a mágica de acomodar no orçamento fiscal, uma marcha forçada que de fato exigiria, sim, exigiria a adaptação cambial que ele, com a sua maestria, conseguiu adiar até 79.

Até 73 havia necessidade de fazer um ajuste cambial profundo ali, adotar uma desvalorização, o conceito pelo qual o sistema de preços vai demonstrar à sociedade que ela empobreceu.

Então já começamos a empreender a mágica econômica, de tentar estender o processo. Como é que isso foi feito? Aprofundando o déficit fiscal. E aí eu posso fazer um depoimento que em 79 ou 80 já como redator chefe da revista *Conjuntura Econômica* comecei a desconfiar que havia um déficit fiscal mais profundo do que se apresentava. Esse déficit era oficialmente zero. Posso inclusive lhe dizer que um dos meus cole-

gas da Universidade de Chicago, já no IPEA, que era um órgão de governo, começava a fazer pesquisas que demonstravam com certa clareza a existência de um déficit fiscal efetivo.

Para simplificar, uma história curta: eu tentei publicar isso, aliás por várias vezes, e esse colega, por conta disso, quase foi demitido do IPEA, por causa dessa famigerada pesquisa.

E assim estávamos quando o Min. Delfim entrou, em 1979, em substituição a Mario Henrique, já cansado de fazer milagres. Mario Henrique, um ser muito racional, devia ter a noção de que a economia já tinha acumulado muita mágica de 74 a 79. E como essa mágica é acumulada? De uma forma simples – vamos desmistificar a nossa conversa sobre endividamento. Estavam lá os petrodólares, um monte de banqueiros reciclando os petrodólares dos árabes, tinha lá Carajás, entre outras garantias, como uma grande província, e essa era a época da sindicalização dos empréstimos internacionais. A maneira de fazer um povo não se sentir tão empobrecido quando, de fato, já empobreceu, é endividá-lo. Mas é muito parecido com o que a gente faz quando usa o cartão de crédito sabendo que um dia essa dívida vai pintar lá na frente. O resto já é o detalhe. É claro que o discurso político valoriza muito, as taxas que foram cobradas, os empréstimos, é

verdade houve uma exploração aí, mas a culpa inicial foi nossa mesmo, no sentido de que o governo autoritário não tinha condições políticas de produzir um ajustamento severo. Só havia discurso para coisa boa, para coisa ruim não tinha discurso. Estenderam o ajuste econômico de 1974 a 1979, na esperança de as coisas melhorarem. Em 79 sobreveio a segunda crise do petróleo, que foi a 55 dólares o barril. Que hoje seria o correspondente a no mínimo 100 dólares o barril. Ponhamo-nos com o barril a 100. Foi esse o tipo de quadro que o Delfim tentou administrar. O que seria hoje arrumar a economia brasileira, com o barril do petróleo a 100 dólares? Seria um negócio muito complicado. Então o que ele acabou fazendo? Adiou mais uma vez o ajuste do câmbio. Ele chegou a fazer uma maxivalorização em dezembro de 79, mas em seguida prefixou o câmbio e a correção monetária no ano de 80. Foi o último ano em que a produção de automóveis no Brasil passou de 1 milhão de unidades. Foi o último ano do estertor do Brasil Grande. Em 1981, com a economia totalmente desequilibrada pela prefixação cambial e monetária, Delfim teve que se desfazer do milagre, ajustando a correção monetária e o câmbio, com a inflação a mais de 100% ao ano. Entramos em 81, na primeira grande crise do mercado de trabalho e com a percepção do empobrecimento, mas mesmo assim o

ajuste cambial não veio... Veja só, Ailton, que coisa interessante. Ali o ajuste cambial já estava gritantemente exigível, mas havia um calendário político oposto. Lembro que o Pres. Figueiredo entrou em crise, ficou mal do coração etc... E o Delfim, esse grande mago da economia, navegava como podia um 81 terrível. Em 82, ele se vê diante da Crise das Malvinas. Lembra da Crise das Malvinas? Com a Margareth Thatcher mandando sua esquadra acabar com os argentinos? Isso obviamente também azedou ainda mais as negociações financeiras dos bancos com toda a região aqui. Isso foi por volta de abril. Em setembro, houve o Setembro Negro com o calote mexicano. Mesmo assim Delfim só pôde fazer a maxidesvalorização em 28 de fevereiro de 1983. Note-se então, que ele demorou três anos, para encetar o ajuste, e não teve outra explicação.

E a partir do ajuste cambial, o Brasil começou a melhorar, porque é quando você assume a sua real situação de já profundamente endividado. Notem bem de onde nós estamos vindo, leitor! Estamos vindo de 1973, com o fim do milagre do mesmo Delfim, para 1983. São dez anos! Durante dez anos nós fingimos, por causa de um acerto com o autoritarismo político, fingimos que não tínhamos empobrecido. E nós fingimos nos endividando. Portanto, o modelo se esgarçou por ele mesmo, e pela sua própria mentira.

Nesse período, obviamente, os empresários perceberam um crescente aumento da incerteza política e econômica e foram recuando na sua taxa de investimento voluntário. O Estado, que tentava empurrar o país para frente na marcha forçada, entrava no espaço deixado pelo setor privado e aumentava o grau de estatização da economia. A partir de 84, sobreveio a necessidade de deixar que a democracia voltasse, e tomasse conta.

**ABS** – Para culpabilizá-la pela situação...

**PR** – Para, de alguma forma, deixar que todo mundo assumisse o seu pedaço de culpa naquela história. Acho até que, do ponto de vista político, nos saímos bem, porque tudo se passou dentro de um clima de pouca animosidade. Nessa descrição que eu faço do período, eu gostaria de dizer que mais aplaudo do que crítico os nossos timoneiros. Eles fizeram, dentro das suas circunstâncias, o que puderam, e o fizeram até com grande brilho. O que eles não puderam fazer, que é o objeto do início da nossa conversa, foi mudar o fato concreto e assustador de que o modelo de projeto nacional projetado pelos tenentes de 22, estava baseado só na industrialização agressiva. Isso foi o que não conseguiu ser mudado.

**ABS** – Uma outra questão que me mobiliza, por desconhecimento de todos nós, de todas essas indefi-

nições. A gente acha que em função do 'acochambramento' que a economia e a política foram costurando, de uma hora para outra o empresário sai como herói. Eu não sou empresário, fui autônomo durante anos e anos, daqueles que detesta feriado, porque durante os feriados, eu não ganhava dinheiro. Você falou na questão da desmonopolização do poder, essa questão contextualizada me lembra as deformações que estão ocorrendo aí. Porque nós temos nessa desmonopolização, cooperativas de catadores de papel nascidas de cima para baixo, os partidos políticos todos 'aparelhados', as tais das ong's como agências de empresários. Empresário que se preza hoje tem duas, três, quatro, cinco ong's. São essas entidades, que estão detendo parcelas do poder, que antes eram monopólio dessa figura chamada Estado. Agora eu vejo nisso tudo uma tremenda deformação. O que fazer para consertar isso?

Outra coisa sobre que eu gostaria que você desse uma pincelada: é esse descompasso, a nossa eterna defasagem. E volto à questão do empresário. Eu não vejo esse nosso empresário como herói dessa coisa toda, porque eu não os vejo à testa do desenvolvimento, quer no nível interno, quer no nível internacional. Desde de 1969 que o Alain Touraine, em função da revolta estudantil de 68, na França, já dizia que o mundo do Estado-nação, do século XIX, estru-

turado em torno da siderúrgica, da indústria química, do investimento estatal maciço e de uma classe assumindo-se como burguesa e procurando mercado externo, a partir de uma estrutura militar, esse estado já não mais existia. Mas, nós insistimos na reedição desse Estado durante as duas décadas seguintes. Erros todos cometemos. Todos os segmentos sociais. Uma das funções dessa mesa redonda é jogar luz sobre esse período.

**PR** – Sem a atuação de alguns timoneiros a coisa poderia ter sido muito pior.

**ABS** – O que me deixa impressionado, é o empresário que errou, que foi coadjuvante com toda essa confusão, sai hoje como herói, uma ação mitificadora muito promovida pelos meios de comunicação. São apresentados como se fossem um bom modelo social. O objetivo é tornar o desempregado, o excluído, responsável por seu desemprego, por sua exclusão. A classe operária desapareceu, o trabalhador não tem trabalho... você viu aí esse concurso para gari? Cem mil candidatos a um emprego de gari! Então é possível ter um país só de empresários?

**PR** – O exagero da tua observação, Ailton, é achar que o trabalho, ou o trabalhador, acabou só pelo fato de ele estar esmagado, e que o empresário é endeusado, e portanto teremos uma sociedade de empresários. O empresário, hoje, também está

falsamente valorizado na mídia. É um fenômeno de mídia.

**ABS** – Não há projeto suficientemente abrangente para estimular investimentos.

**PR** – Não há projeto. E se você fizer as contas, hoje, provavelmente, há menos empresariamento do que havia antes. Não se prova o teorema de que os empresários são os heróis, e, por causa disso, nós vamos ter mais heróis na estatística. Pelo contrário, uma das coisas que a taxa de investimentos cadente no Brasil está mostrando, é que nós temos uma grande dificuldade empresarial.

**ABS** – Eu só queria entrar aqui e dizer diretamente aos empresários que não há futuro fora de um projeto, um projeto nacional. Pense-se na Iugoslávia, nas nações africanas.

**PR** – Coloquei dois elementos que foram provocados por você, mas que eu considero boas provocações. A supercidadania e a desmonopolização do poder nacional. Aparentemente são propostas de desconstrução do Estado, enquanto tal. Quando se fala em desmonopolização do poder, tem-se a impressão que se está aqui defendendo uma espécie de neoliberalismo político. Uma espécie de fragmentação ou balcanização das decisões. Nada mais longe da minha proposta. Primeiro, porque a desmonopolização do poder é um termo que eu uso como um conceito, mais sociológico do que institu-

cional. Muito atrelado ao conceito da supercidadania.

Hoje é preciso levá-la em conta como um fato social, uma abordagem sociológica. Ninguém domina tudo. O poder já não é mais um bloco monolítico, estático no tempo e que pode ser lavrado ou talhado inteiramente à imagem e semelhança dos nossos conceitos predeterminados. Nós hoje temos que usar de imensa flexibilidade, a idéia de modularidade, e de intensa permeabilidade, a participação de grupos sociais e etc... Nesse sentido, o poder tem que ser desmonopolizado; ele não é um poder de elite. Não é mais a elite a dar as ordens e as maneiras de ser da base. Ele é muito mais uma construção da base para cima, mas também sem eximir a elite de exercer o seu papel.

A elite tem esses empresários aí de que você falou. Empresário tem que empresariar. Ele é desmonopolizado nesse sentido. Ele tem que ser um poder altamente sensível ao auscultar ruídos que vêm de todos os lados. Ele tem que ser receptivo, porque nós estamos na era eletrônica, na era em que os sinais correm com muita velocidade. E nós temos não só o direito, como a obrigação de estarmos sempre antenados.

Por isso é que há uma valorização do mercado. Não é porque no mercado se faz dinheiro, ou porque alguém lucra; é porque mercado é sinal. É só por causa disso, que o mercado é bom.

E mercado não pode ser hipervalorizado, mercado não é mais do que um sinal. É um lugar onde muitos sinais ocorrem ao mesmo tempo, é como se fosse uma feira, onde você tem gente querendo comprar e vender. À medida que a feira vai acabando, os sinais vão sendo produzidos para cada feirante, que ele tem que baixar o preço; se não, ele vai ter que levar aquela abóbora de volta para casa. Isso é que é a vantagem do chamado 'pregão', aquele leilão permanente.

Por isso é que se procura desmonopolizar na área econômica, através da introdução de mais competição, calibrando o poder do Estado, e introduzindo mais competição, mais concorrência. Porque, queremos mais sinais, não menos.

Agora esse endeusamento do mercado é coisa passageira, porque o mercado, ao produzir sinais, já cumpriu sua missão, não vai institucionalizar nada. A instituição da Nação é o Estado através das leis e da organização do poder político. Esse poder político não se fragmenta, e o que nós mais estamos precisando hoje é exatamente a reconstrução desse tal projeto nacional, que também não é exatamente o formato da Constituição, e organização dos partidos mas ele provém daquilo que os partidos pensam e daquilo que os partidos e os grupos de representação política levam para o poder. E essa, Ailton, é a nossa grande inani-

ção, essa é a nossa grande fome, é a nossa grande pobreza: o caráter pauperizado dos nossos programas políticos.

**ABS** – Temos ouvido elogios à experiência brasileira. Tirando caso de Cuba, parece que na América Latina só o Brasil e o México levaram à prática programas revolucionários com certa abrangência...

**PR** – Alguém pensou e levou, e levou até lá onde foi possível. Os antagonizados pensaram de modo articulado com uma pauta. Os comunistas tiveram o seu contrapapel. Hoje não tem contrapapel nem papel.

Então, por exemplo (vou falar de conjuntura por um minuto) o caso em que você é apresentado a uma reforma tributária que não reforma nada e uma reforma previdenciária, que não 'providencia' essa segurança a que você se referiu antes, mas que um forte ministro da República, na Casa Civil, que é o artífice de todo um projeto do Partido dos Trabalhadores, vem dizer que é reforma limitada, é a reforma possível, porque qualquer reforma mais ampla não seria possível.

Uma tentativa de argumentar com a sociedade, que a sociedade tem que engolir reformas que não são reformas só pelo simples fato de que nós hoje estamos diante de uma colcha de retalhos políticos, de uma costura política que impede qualquer avanço.

A minha interpretação disso é distinta, é que de fato nós temos hoje

partidos, inclusive os que estavam mais 'programados', que não conseguem levar ao poder nenhum pensamento. Esse é que é o grande drama. Não é porque a reforma é 'política' no sentido de que ela tem avanço travado. É porque de fato aquele partido tampouco pensou, mesmo aquele partido como o PT, que nós reconhecemos que é o partido que mais exerce a reflexão. Na hora do vamos ver, na hora da onça beber água, esse partido não tinha projeto de reforma nenhuma. Eles não sabem se a carga tributária tem que subir, ou tem que baixar; se os impostos têm que ser definidos pelos Estados como o ICMS ou têm que ser federalizados; eles não estão sabendo aquele mínimo essencial. E na falta de um pensamento, eles vão repetir FHC que, por sua vez, também não estava pensando grandes coisas. Se ele estivesse pensando, talvez não tivesse sido reeleito, porque aí ia forçar a barra para tentar no poder levar seu pensamento à prática. Mas será que ele tinha algum pensamento ao chegar lá, ou ele tinha um pensamento de estar lá? São duas coisas distintas.

**ABS** – É sempre a falta desse projeto...

**PR** – Não faltaria na minha cabeça. A idéia do projeto é semeada e germinada. Na época, eu tive talvez, uma premonição de saber que isso só ocorre, quando um grupo de homens e mulheres relativamente con-

dicionados a uma idéia, consegue chegar lá.

Antes que termine esse pedaço da nossa conversa, eu gostaria de dizer a você, com algum otimismo, que nós não estamos tão longe desse projeto. E diria que talvez o governo Lula seja o início da abertura ao novo projeto, porque eu vejo o Presidente da República como um homem ansioso na busca desse novo, que ele já sabe que não está nos escritos do PT.

Ele tem essa impressão, ele jamais vai declarar isso, porque seria odioso e até, vamos dizer assim, uma traição de toda a sua história. Mas, minha convicção é que ele tem que buscar algo distinto do que foi tratado como pensamento antes, eu não tenho a menor dúvida que ele tem essa idéia. Agora vou provocar mais uma vez. Por enquanto, a presença do PT no poder, mais do que iniciar um ciclo novo, encerra o ciclo político de 22. Como estamos numa entrevista, eu diria que na realidade nós tínhamos feito a conta de 60 anos, como uma conclusão política, tínhamos feito uma conta de 70 anos, como uma conclusão econômica, porque aí dá 92 que é exatamente o transtorno final, que foi a hiperinflação.

**ABS** – E o início do leilão do patrimônio do nosso Estado-nação que começa a ser construído em 1930.

**PR** – Exatamente através das privatizações, que também por outros motivos eu critiquei até mesmo pelo fato de ela não ter o povo no meio.

**ABS** – Trágico não ter o povo no meio. Só para registrar: a Revolução de 30 estrutura o país enquanto projeto no tempo no espaço, na medida em que ela torna o subsolo propriedade da Nação. O fato mais marcante é que atrás de uma cortina de fumaça ideológica – o neoliberalismo – leiloaram a Nação, solo e subsolo. A privatização da CSN, sem nenhuma consideração às questões simbólicas, à integração nacional... O mesmo com a Vale do Rio Doce. E comprometeu-se a Federação. Fica muito fácil para um segmento da burocracia, vamos dizer de um Estado de política ultraconservadora, através de um acordo partidário, através daquela contabilidade de votos no Senado, ganhar o ministério X, e poder leiloar o subsolo, patrimônio nacional, no território desse outro Estado sem dar nada ao povo desse outro Estado. E todo mundo calado olhando. E quanto à ameaça de desagregação? O fenômeno Iugoslávia marcou muito a nossa geração e agora o fenômeno África que é outro, mas com outras condicionantes. E a desagregação da União Soviética para não ir mais longe?

O fenômeno da desagregação deveria assustar essas pessoas, nós somos um país continental cheio de rachaduras, é só abrir os olhos. Se quisermos pensar no país do carnaval, está todo mundo integrado, em função do carnaval, do futebol e do Flamengo. Mas abrindo os olhos, há

uma dívida interna imensa. As comunidades de alguns Estados podem chegar e dizer que não pagam a dívida dos bolsões de miséria, como foi o caso da Iugoslávia. Então nós já temos aí os vetores de desagregação. Diante disso, não sei em que medida o governo Lula, o governo do PT, é sensível no sentido de procurar um consenso. Eu acho que o grande problema do governo Lula é continuar procurando consenso na Assembléia e no Senado sem dar a mínima para o consenso é na sociedade. Porque Assembléia de representante é hoje uma instituição problemática. Em todo o mundo a questão da representação política é problemática, principalmente aqui. Não se vê apoio de massas em torno de projetos. A reforma previdenciária teria que ser discutida com a sociedade. Com raras exceções, inexistindo mobilização de massas, deputado representa o capital.

**PR** – Ailton, não existe maneira de se fazer omelete sem quebrar ovos. Esse ditado é tão velho, tão simplório, mas é exatamente aplicável nessa situação. Na medida em que o Lula quer apenas resolver o problema imediato, que é o problema de caixa, que é como ele encarou as ditas reformas tributária e previdenciária, e não está se aproximando do povo, está se afastando, porque o povo é quem financia esse processo. Como ele não mais consegue aumentar a carga de impostos, taxas e contribui-

ções, ele está retirando os direitos que estavam previamente estabelecidos. Ele está criando um processo concor-datario.

Esse processo é até certo ponto inevitável, porque é preciso reconhecer que muitos desses direitos estavam mal programados. Só que a maneira de comunicar essa concordata – é o que eu tenho dito ultimamente – tem que ser uma maneira gentil, uma maneira principalmente sincera. Não há maneira de se levar uma concordata à frente, tentando tapear ou esconder com a peneira grossa aquilo que se enxerga.

Na realidade, ao estabelecer o discurso do inevitável, o discurso de que as reformas têm que ser aprovadas logo, porque se não, não vem o espetáculo do crescimento, nós enveredamos por um discurso de mistificação. Estamos fazendo, mais uma vez e reedição do velho, do afastamento do modelo novo, e esse modelo novo tem que ser um modelo em que o povo consiga entrever a acumulação que ele fará nessa sociedade.

Mesmo agrilhado, mesmo sacrificado, mesmo de certa forma escravizado a uma só cidadania pelo fenômeno geográfico local, porque o brasileiro é brasileiro, e a maior parte não consegue economicamente ou fisicamente ir para Caimã, para Nova York. Você só tem uma cidadania, então mesmo aqui você pode fugir, ou pela droga, ou você pode ir eletronicamente viajar na Internet, ou

pela apatia política, você pode se 'islar' como dizem os espanhóis.

Obviamente isso é tudo que não queremos que aconteça, mas a tendência da sociedade é realmente ir para o isolamento, porque ela percebe que não tem nada para ela nesse futuro. De que maneira você pode construir um futuro para ela? Introduzir essa percepção de cultura na medida que consiga estabelecer um projeto que não seja só o Fome Zero, o Cartão Eletrônico, mas que inclua, como você colocou muito bem inicialmente, uma relação que nós aqui, meio que brincando, mas brincando sério, lembramos: a relação da senha, com a qual você se relaciona com o sistema, e a palavra muito adequada que você usou é de pertinência, ou seja, de pertencer. Pertencer significa algo combinado, algo programado, algo bilateral, previsível.

**ABS** – É vincular sua vida a um projeto existencial...

**PR** – Nós estamos falando de uma coisa bonita, filosófica, complexa, e para que todos entendam, a coisa é tão simples, é a família no sentido lato, é o conceito de família. Onde está o laço familiar? Está nessa idéia de pertencimento, eu volto para casa e lá alguém me conhece. Embora o PT tenha um conceito genérico disso, ele ainda não tem isso muito bem estruturado.

**ABS** – O PT é reflexo de uma estrutura muito maior. Ele é uma célula de uma coisa muito maior. A

sociedade de um modo geral. Vale a pena repetir esse paralelismo, que vai por conta da inexistência de cidadania, de associação contratualizada.

**PR** – Como é que você faz essa cidadania?

**ABS** – Compromisso com o patrimônio. Eu não me afasto da concepção de Rousseau: diante da questão do patrimônio sempre vi uma formação nacional como um barco pirata na hora do butim, na hora de dividir o patrimônio. Se todos lutam, todos participam. É uma empresa na hora de dividir o lucro. Ela estabelece critérios. As nações latino-americanas, o Brasil é uma dessas, aqui formam-se nações com tropa escravizada, mercenária, a troco de promessas. Determinados segmentos assumem a posse do patrimônio e começam o rosário de promessas, promessas e promessas... A partir daí não há cidadania. Cidadão não pode ser nosso retirante, esse que foi desenraizado, que vai reconstruir essa 'outra' cidadania na favela como marginal. Parece que Lula escapou para que 70 milhões se atolem.

**PR** – É um desafio permanente. Mas o nosso grande desafio, não é maior do que o de outras nações, nós temos pelo menos essa história que acabamos de contar. Eu não quero deixar terminar essa conversa num tom negativo. Nós temos a maior parte das coisas que são necessárias ao reinício de um projeto, nós estamos, portanto, prontos para

repreisar, repetir, encerrando um ciclo político e isso causa uma certa perplexidade. Um círculo político que também é o encerramento de um ciclo econômico e que finalmente é o encerramento de um ciclo social, que são os anos 70 e 80.

**ABS** – E agora um ciclo tecnológico também.

**PR** – No tecnológico, eu diria que nós estamos numa busca, nem ciclo nós estamos encerrando. No social, é que eu digo que a presença do Lula no poder é o encerramento de todo um processo, que é de inclusão, através da ambição que tinham os tenentes de 22 de incluir os vários segmentos sociais através da industrialização e da urbanização. O Lula é produto do fenômeno da urbanização e da industrialização. Ele deve ser o orgulho dos tenentes de 22. Para mim não é coincidência nenhuma que os militares estejam tão bem com o Lula, sem saber que os tenentes de hoje eram filhos e netos desses generais. Isso encerra sem endeusamento aquilo que os tenentes perceberam.

Outro dia eu soube por um amigo de uma história fantástica, de que um tenente em 22, Golbery do Couto e Silva, já antevia o jovem Lula como pessoa notável. Assim narrou a esse interlocutor: Lula como um homem a ser protegido para desempenhar um papel futuro, de grande significado. Então, veja, na cabeça daquele tenente de 22, a antevisão de um processo inteiramente cons-

truído. Eu conto essa história, não para estigmatizar ou estampar bem ou mal a figura daquele tenente na cabeça de ninguém, nem na do atual Presidente, mas dizer que, muito antes dele ser só a sua própria história, ele é parte de uma história maior. Ele, provavelmente, se não tivesse esse padrinho chamado Golbery, alguém o poderia ter pego numa encruzilhada qualquer e feito mal a ele, não digo matado, mas eventualmente o traumatizado a ponto dele hoje não poder exercer o papel que exerce. Então essa boa proteção de que ele foi objeto, sem talvez o saber, que é a melhor proteção, só a de um anjo da guarda. É algo como “Não vou te corromper, atribuindo a você o débito que no fundo você teria de mim. Sem que você até o saiba, eu estou te preparando para a liberdade de exercer uma predeterminação”. É muito interessante e chega a ser bonito.

**ABS** – É lógico, é a inclusão, afinal de contas, não tem sentido formar a nação sem o povo.

**PR** – Agora dar significado para isso: é que não basta a inclusão. Essa é a ansiedade que eu deixei registrada, que eu pressinto no Presidente. Ele é a materialização da inclusão. Então ele se debate como um passarinho se debate nas grades de uma gaiola, porque ele precisa de uma interação maior, ele precisa verbalizar algo maior. Eu vejo nos seus primeiros discursos os tropeços que ele faz,

não da língua portuguesa, que ele está dominando razoavelmente bem, mais os tropeços ideológicos no sentido da busca de idéias, que aí, por ele não ter a munição necessária para o discurso das idéias, ele então vai para o corriqueiro, vai para as metáforas domésticas, porque lhe falta a organização do seu espaço mental...

Eu queria agora dar um significado extra para a idéia da questão do emprego, porque senão pode parecer promessa de político – 12 milhões de empregos. O que nós precisamos ter é um desenho de política econômica e social que seja amigável ao processo do emprego, o desenho de uma reforma tributária e previdenciária que possa responder a seguinte pergunta: “Eu com isso produzo mais empregos ou menos empregos”? Se a resposta for menos emprego, eu desisto. No entanto, esse exercício não é feito. Nem o Presidente, infelizmente, está conseguindo fazer esse tipo de exercício. Ele já vai na compulsão de aprovar qualquer coisa, porque na pauta do mercado que ele mesmo criou, é preciso aprovar qualquer coisa e ele cai, ele é vitimado por esse processo.

No entanto, o emprego tem um significado transcendente nessa quadra daqui até 2010, sabe qual é? O significado demográfico. Se a gente pegar a demografia brasileira, ela está numa curiosa situação que hoje pouca gente conhece. Nós estamos numa situação, onde nunca mais haverá um

grupo de população na faixa de 20 a 25 anos tão numeroso quanto ocorrerá entre 2005 e 2010. Mas será que em 2015 e 2020 não vai haver mais gente de 20 a 25 anos?

A resposta é curiosamente não. Como a população dos últimos dez ou vinte anos já começou a ficar menos fértil, não é verdade que vamos ter mais gente jovem de 20 a 25 anos em 2020 e 2030. A população não cresce desse jeito. E hoje, precisamente hoje, nesse espaço entre 2003 e 2010, que há um pico da geração de jovens adultos. Portanto nunca houve nem haverá no futuro demográfico brasileiro, tanta necessidade de oferecer postos de trabalho, como exatamente agora. E se você não fizer essa política para hoje, para amanhã já não interessa mais. Então ele está diante de uma restrição que não é nem política, nem social, é demográfica, coisa de curva.

**ABS** – E essa restrição mais sufocaria a Previdência...

**PR** – Se ele fizer certo agora, criando os empregos, daí a total transcendência do seu pensamento, vamos chamar que seja seu. Se você hoje mesmo, com essa população de 20 a 25, note bem, que já não tem uma escolaridade muito boa, porque a gente já não fez o exercício anterior, mas não importa, você tem que incluir junto com o emprego mecanismos de escolarização e treinamento que não sejam os formais. E ao mesmo tempo, você tem que introduzir,

via mercado de capitais, mecanismos de acumulação de capital na mão dessas pessoas, desses jovens, através de investimento em habitação, investimento em novas fórmulas de acumulação de poupança previdenciária, mecanismos de previdência de capitalização, em que esses indivíduos consigam perceber a sua evolução positiva ao longo do tempo. E que eles fiquem com vontade de investir nos seus filhos, coisa que eles vão começar a produzir na medida que cheguem aos 25 anos, se é que já não produziram antes da hora, na gravidez adolescente.

**ABS** – Estamos reentrando num projeto de nação. É a questão de dar sustentabilidade a esse pessoal aí. Abrir novas frentes, novas áreas de trabalho.

**PR** – Não tenha dúvida. Mas isso tudo vai exigir um esforço de distensão no campo econômico, e ao mesmo tempo tirar o Estado das costas do contribuinte. É nesse sentido que eu vou te provocar um pouco, ao dizer que você precisa de muito mais empresários, não só para dar emprego para esses jovens, como para muito desses jovens serem auto-empresendedores. O que você mais precisa é de um espírito de empreendimento, você precisa, num sentido muito mais amplo, empreender a sua vida. O modelo é novo, é o novo projeto nacional, que é um projeto onde você tem uma re-individualização. E nesse sentido vou defender agora o pensamento li-

beral profundo e clássico e não o neoliberal, canhestro e calhorda, mas o conceito que também passa por Rousseau, de que você tem o indivíduo como motivo e razão de ser de tudo. Cada indivíduo, cada ser humano, merece essa proteção e essa dignidade e, ao mesmo tempo, o conceito de Nação do qual eu sou totalmente partidário, porque até o século 22 a gente talvez tenha que reestruturar o mundo, quem sabe, com o sentido

transnacional. Por enquanto, temos a Nação mesmo, e num sentido mais amplo a Supernação. E a nossa Supernação é a *América do Sul*. Eu acho que a gente pode terminar agora, porque o Cebela é quem nos está recepcionando hoje e eu acho que ao falar da América Latina, estamos falando da Nação e da Supernação. Acho que terminamos bem.

**ABS** – Eu acho que está muito bom. Muito obrigado.